

Parecer nº 201/99

Data: 1999.11.24

Processo nº 620

Requerente: João Moreira da Silva

Requerido: Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso

1 - Resumo dos factos

1.1. João António Moreira da Silva solicitou à Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso (CMPL) o acesso aos seguintes documentos:

- a) *“circular, orientação, directiva ou acto semelhante sobre as datas das reuniões públicas obrigatórias de cada mês do órgão executivo”* (pedido recebido na CMPL, em 14 de Maio de 1999);
- b) *“circular, orientação, directiva ou acto semelhante sobre a interpretação a dar ao parágrafo único do artigo 142º do RGEU”* (pedido recebido na CMPL, em 14 de Maio de 1999);
- c) *“projectos de habitação unifamiliar de Luís Manuel Sequeiros e de António Pereira de Araújo, Lugar de Santo Amaro Taíde”* (pedido recebido na CMPL, em 14 de Maio de 1999);
- d). *“processo de obras de Mário Ribeiro Alves, residente na freguesia de Santo Emilião, proprietário dos alvarás nº 12780 e 12781, cuja obra se localiza no lugar de Valdemil”* (pedido recebido na CMPL, em 17 de Maio de 1999);
- e) *“processo de obras em nome de José da Silva Vieira, cônjuge, ascendentes ou descendentes, ou familiares por afinidade, residentes no lugar de Pousada, freguesia de Vilela”* (pedido recebido na CMPL, em 7 de Junho de 1999);

f) “processo de obras de ampliação nas traseiras da Fábrica de Granitos em nome de Manuel Fernando Ferreira de Castro, cônjuge, ascendentes ou descendentes, ou familiares por afinidade, residente no Lugar de Boucinha, freguesia de Vilela” (pedido recebido na CMPL, em 7 de Junho de 1999).

- 1.2. Os pedidos deram, pois, entrada naquele órgão municipal antes de 1 de Agosto de 1999, data do início da vigência do último diploma que alterou a Lei que regula o acesso aos documentos da Administração (LADA) – Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, modificada pela Lei nº 8/95, de 29 de Março, e pela Lei nº 94/99, de 16 de Julho.
- 1.3. Em requerimentos que dirigiu à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) – um recebido em 1 de Junho p.p. e outro em 23 de Junho p.p. -, João Moreira da Silva refere ter havido, por parte da entidade requerida (a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso), actos de indeferimento expresso dos vários pedidos de acesso aos documentos acima identificados. Todavia, não juntou prova dessas explícitas recusas de que os seus requerimentos teriam sido alvo.
- 1.4. O interessado foi, por diversas vezes, informado pela CADA do modo como deveria proceder-se ao cômputo do(s) prazo(s) relevante(s) para efeitos de reclamação (hoje, queixa).

Ficou, assim, a saber que, no âmbito da LADA (versão decorrente da 1ª revisão, operada pela Lei nº 8/95, de 29 de Março):

- as reclamações relativas a actos expressos de recusa de acesso deveriam ser apresentadas perante a CADA no prazo de dez dias úteis após o conhecimento do acto; e que
- o indeferimento tácito só poderia ser presumido 35 dias úteis depois da recepção do pedido pela entidade requerida, começando, então, a

contar-se o prazo de 10 dias úteis para o exercício do direito de reclamação.

- 1.5. Por documentos datados de 8 e de 27 de Julho p.p. e registados nesta Comissão com os números de entrada 368 e 375, de 26 e de 29 do mesmo mês, respectivamente, João Moreira da Silva apresentou reclamação do acto de indeferimento tácito, por parte da CMPL, da sua pretensão de acesso aos documentos referidos.
- 1.6. Através de requerimento recebido na CADA em 9 de Novembro de 1999, manifestou interesse na obtenção do parecer da CADA, apenas relativamente a quatro dos seis pedidos formulados à CMPL [(os referidos nas alíneas *b*), *d*), *e*) e *f*) do ponto 1.1.)], desistindo, por conseguinte, dos demais.

2. O Direito

- 2.1. Relativamente à questão de saber se alguma vez fora emitida *“circular, orientação, directiva ou acto semelhante sobre a interpretação a dar ao parágrafo único do artigo 142º do RGEU”* e quanto à possibilidade de acesso a esse(s) documento(s), diga-se que, caso exista(m), deve(m) o(s) mesmo(s) ser havido(s) como mero(s) documento(s) administrativo(s), portanto, de carácter não nominativo, i. e., sem conter(em) dados pessoais [cfr. o artigo 4º, nº 1, alíneas *a*), *b*), e *c*) da LADA].

Assim sendo, é (são) documento(s) a que é possível aceder sem restrições (artigo 7º, nº 1, da LADA). Mais: o artigo 11º da mesma Lei determina, até, a respectiva publicação *“por forma adequada”, “com a periodicidade máxima de seis meses e em moldes que incentivem o regular acesso dos interessados”*.

- 2.2. Quanto ao pedido a que se reporta a alínea *d*) do ponto 1.1 – e no pressuposto de que, uma vez obtido(s) o(s) alvará(s), o(s) processo(s) estará(ão) já

concluído(s), - a solução deverá ser idêntica: permitir o acesso aos documentos que integram o(s) processo(s), uma vez que não são documentos nominativos.

2.3. Pelo que diz respeito ao *“processo de obras em nome de José da Silva Vieira , cônjuge, ascendentes e descendentes, ou familiares por afinidade, residentes no lugar de Pousada, freguesia de Vilela”*, afigura-se de fazer uma distinção: assim, estando o processo *“em nome de José da Silva Vieira”* já concluído, é possível ao interessado, pelas razões já aduzidas, aceder aos documentos dele constantes; todavia tratando-se de processo(s) em nome do cônjuge, ascendentes, descendentes ou familiares por afinidade, o pretendido acesso poderá revelar-se mais difícil, ainda que o(s) mesmo(s) esteja(m) terminado(s), já que a entidade requerida (CMPL) não tem a obrigação de conhecer os vínculos familiares existentes entre o(s) titular(es) do(s) processo(s) e José da Silva Vieira.

Por isso, neste caso – e salvo se o interessado souber indicar à CMPL o nome de cada uma dessas pessoas -, poderá verificar-se uma impossibilidade prática (que não, obviamente, uma impossibilidade legal) de concretização da resposta à sua pretensão.

2.4. No que toca ao pedido a que se refere a alínea f) do ponto 1.1., entende-se que a solução não deverá divergir daquela que foi apontada em 2.3.

3. Conclusão

Em razão de quanto antecede, conclui-se o seguinte:

- 1^o) Se tiver sido por si emitida *“circular, orientação, directiva ou acto semelhante sobre a interpretação a dar ao parágrafo único do artigo 142º do RGEU”*, deverá a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso facultar a João António Moreira da Silva, o acesso a esse(s) documento(s), fazendo-o pela via pretendida - a da consulta ou da reprodução por fotocópia;

2º) Deverá a CMPL permitir que o interessado aceda (pela forma que pretende) aos documentos contidos nos processos de obras relativos a Mário Ribeiro Alves, José da Silva Vieira e Manuel Fernando Ferreira de Castro, isto no pressuposto de estarem tais processos concluídos;

3º) Quanto aos processos de obras que se reportem a pessoas que tenham com José da Silva Vieira ou com Manuel Fernando Ferreira de Castro, laços de família (cônjuge, ascendentes, descendentes ou afins), a CMPL não é obrigada a conhecer tais vínculos familiares, pelo que, ainda que os processos estejam concluídos, só se João António Moreira da Silva, souber indicar o nome de cada uma dessas pessoas, será possível aceder aos mesmos.

Este, pois, o parecer da CADA.

Aprovado na sessão de 24 de Novembro de 1999.

Narana Coissoró (Relator) – João Figueiredo – Renato Gonçalves – Branca Amaral – Amadeu Guerra – Castro Martins (Presidente)